

# O Terceiro Setor no contexto da pandemia COVID-19

## Impactos e estratégias de superação e de reinvenção

Marcos Olímpio dos Santos  
CICS.NOVA.UÉvora  
mosantos@uevora.pt

Maria da Saudade Baltazar  
UÉvora, ECS, DSoc | CICS.NOVA.UÉvora  
baltazar@uevora.pt

### Resumo

A pandemia pelo SARS-Cov-2, pelo modo abrupto como surgiu e se propagou a partir de finais de 2019, potenciou desde logo uma expressiva produção científica e técnica perante a necessidade de se conhecer e travar o vírus, mas também de se minimizar os seus impactos diretos e indiretos nos cidadãos e nas organizações. Foram já divulgadas várias publicações acerca dos efeitos da COVID-19 desde o 1º confinamento decorrido entre março e abril de 2020, sobre as Organizações Terceiro Setor em Portugal onde sobressaem, pela sua expressão numérica, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). O objetivo deste trabalho consiste em delimitar quais foram as consequências originadas pela COVID-19 nas organizações do Terceiro Setor, e quais as estratégias que adotaram para fazer face a este contexto desafiante. Para se alcançar o objetivo estabelecido foi efetuada uma pesquisa secundária (*Desk Research*), procedimento através do qual se procura e reúne informações de documentos já existentes para obter conhecimento sobre o tema em análise. Os resultados a alcançar estruturam-se em: i) levantamento dos impactos da COVID-19 nas organizações do Terceiro Setor (com destaque para as IPSS) e que respostas foram implementadas por essas organizações, e ii) identificação de aprendizagens obtidas e perspetivas futuras. A mais-valia do trabalho consiste em apresentar os resultados de uma revisão bibliográfica que possibilitou a sistematização da realidade vivida pelas organizações em estudo, as quais desempenham um relevante papel na vida da sociedade, e apresentação do modo como preparam as suas atividades com vista à recuperação e à melhoria da qualidade dos serviços que prestam.

**Palavras-Chave:** COVID-19, Terceiro Setor, Lições aprendidas, Portugal

### Abstract

The SARS-Cov-2 pandemic, due to the abrupt way in which it emerged and spread from the end of 2019, immediately boosted an expressive scientific and technical production in view of the need to know and stop the virus, but also to fight the virus. minimize its direct and indirect impacts on citizens and organizations. Several publications on the effects of COVID-19 have already been published, since the 1st confinement that took place between March and April 2020, in Third Sector organizations in Portugal, and among these organizations, due to their numerical expression, Private Social Solidarity Institutions stand out (IPSS). The objective of the work is therefore to delimit what were the consequences originated by COVID-19 in Third Sector organizations, and what strategies they adopted to face this challenging context. In order to reach the established objective, a secondary research (*Desk Research*) was carried out, a procedure through which information from existing documents is sought and gathered to obtain knowledge on the subject under analysis. The results to be achieved are structured in: i) a survey of the impacts of COVID-19 on Third Sector organizations (with emphasis on the IPSS) and which responses were implemented by these organizations, and ii) identification of lessons learned and future perspectives. The added value of the work is to present the results of a literature review that enabled the systematization of the reality experienced by the organizations under study, which play an important role in society's life, and a presentation of how they prepare their activities with a view to recovery and improvement in the quality of the services they provide.

**Key-words:** Keywords: COVID-19, Third Sector, Lessons learned, Portugal

## Introdução

Estar em risco é a característica mais importante da humanidade no início do século XXI, afirmou Beck (1992), para quem “O risco pode ser definido como uma forma sistemática de lidar com os perigos e as incertezas produzidos e introduzidos pela própria modernização” (p. 21). Atualmente, tendências (ou evidências) como avanços tecnológicos, alterações climáticas e a globalização, acentuaram a constatação que o risco é não democrático (e acrescido).

Nesse contexto, desde finais de 2019, a humanidade foi assolada por mais um evento de consequências devastadoras – a pandemia associada à COVID-19, cujos efeitos se irão prolongar presumivelmente por um longo período. Os seres humanos, famílias, redes informais, empresas, organizações sem fins lucrativos, governos locais, regionais, nacionais e organismos supranacionais, foram afetados pelo inesperado.

Não obstante as frequentes referências às pandemias como um dos potenciais perigos para a Humanidade e para os quais se deveria tomar atitudes pró-ativas, tal não se verifica adequadamente, como se comprova com uma observação atenta sobre as decisões que têm vindo a ser tomadas por parte de autoridades com responsabilidade na matéria (e por parte de diversas franjas da população). As aprendizagens do passado não foram suficientes para se evitar a repetição de alguns erros e omissões com consequências graves (como tem sido o caso do reconhecimento tardio ou desconsideração da perigosidade da doença).

No entanto há quem afirme que, “uma epidemia causada por uma infeção respiratória era mais do que esperada, mas o facto de se tratar de um novo agente infeccioso e da rapidez com que atingiu a totalidade do planeta torna tudo muito mais difícil de compreender, gerir e prever”. (Correia, 2020, p.17)

A resposta a esta situação inusitada, e para os segmentos populacionais mais afetados, foi proporcionada (como era inevitável) pelos serviços de saúde e pela segurança social, tendo, porém, as organizações do Terceiro Setor, desempenhado um papel relevante, de acordo com o trabalho de solidariedade que têm vindo a cumprir.

E acerca deste tema muito já se publicou, e muito se irá ainda publicar sobre o que ainda há para conhecer. Acerca do que já se publicou e do que falta conhecer, um dos campos de pesquisa incide sobre as organizações que se dedicam a apoiar pessoas em situações de vulnerabilidade, e respetivas famílias.

Quais foram as dificuldades com que se depararam? Que medidas tomaram em conformidade, com os pontos fracos e pontos fortes inerentes? Qual o futuro provável a curto e médio prazo?

Na sequência destas questões, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da análise de várias publicações sobre as consequências da pandemia da COVID-19 em organizações do Terceiro Setor, divulgadas entre junho de 2020 e abril de 2021 e retirar as reflexões suscitadas pela análise dessas publicações.

O trabalho de pesquisa é apresentado através dos seguintes pontos: i) Contributos para um enquadramento teórico-conceptual em que são clarificados os conceitos fundamentais; ii) Metodologia, onde se dá a conhecer os procedimentos adotados para se atingir os objetivos estabelecidos; iii) O Terceiro Setor resiliente (que se reinventou e, em recuperação num contexto desafiante), ponto no qual se caracterizam quais os principais impactos da COVID-19 assim como as estratégias adotadas pela generalidade das organizações que o integram; iv) Formas de superação e aprendizagem para o Terceiro Setor, onde se encontram sistematizados os resultados de reflexões complementares, e v) Considerações finais, que acolhe a recapitulação dos principais resultados e, indicação de desafios futuros a partir de uma proposta de cenarização.

## 1. Contributos para um enquadramento teórico-conceptual

Nas sociedades humanas (e mesmo no mundo animal) a desigualdade tem sido uma constante ao longo dos tempos.

Persistem, desde a pré-história, franjas da população que se debatem com necessidades, carências e problemas para as quais, a partir da fase em que ocorreu a

complexificação da sociedade (económica, social, política e tecnológica), o setor privado empresarial não está vocacionado para responder, nem o Estado através das políticas públicas consegue responder desejavelmente.

Surgiram assim organizações constituídas por conjuntos de cidadãos e cidadãs da designada sociedade civil, passando a constituir o setor da Economia Social (na nomenclatura europeia continental), Terceiro Setor (nomenclatura anglo-saxónica, mas também adotada em países da América do Sul e da Europa) e Economia Solidária (em vários países da América Latina) [1].

Em Portugal, os profissionais das organizações referidas e, académicos utilizam o conceito de Terceiro Setor quando se expressam sobre a realidade em causa.

Assim, utilizamos neste trabalho a designação de Terceiro Setor, para referir organizações que, sem intuítos lucrativos, prestam apoio a segmentos populacionais com necessidades específicas e respetivas famílias.

Esse setor conheceu, globalmente, uma expansão significativa a partir da década de setenta do século XX devido aos efeitos graves que atingiram faixas significativas da população, a partir da 1ª crise petrolífera (1973), ao que se seguiram outros momentos adversos e propícios que vieram consolidar a importância e expansão das organizações sem fins lucrativos, num contexto atualmente caracterizado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, descrito por Caldas et al. (2020).

Num tal contexto ocorreram ultimamente, a crise do *subprime* [2], encontrando-se ainda numa fase de indeterminação, a crise provocada pela pandemia da COVID-19, que colocou as organizações de Terceiro Setor (OTS) perante novas e significativas dificuldades.

Este é um setor que em Portugal engloba diversas famílias de organizações conforme descrito seguidamente: a) cooperativas; b) associações mutualistas; c) misericórdias; d) fundações; e) instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) associações com fins altruísticos que atuam no âmbito cultural, recreativo, do desporto e

do desenvolvimento local; g) entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social; h) outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei (Lei n.º 30/2013) e constem da base de dados da economia social. (Decreto do Presidente da República n.º 58/2013)

Na generalidade, tais organizações são afetadas por algumas dificuldades nos seguintes domínios: i) disponibilidade financeira, ii) recursos humanos, iii) estratégia, iv) comunicação interna e externa, v) equipamentos e instalações, e, vi) financiamento externo.

Mais especificamente, têm sido detetadas insuficiências em questões tais como: i) capacidade de definir uma identidade, ii) capacidade de planificação estratégica; iii) capacidade analítica e de avaliação, iv) promoção e gestão da mudança; v) envolvimento e participação dos destinatários finais, vi) capacidade de comunicação externa, vii) lideranças em regime de voluntariado e estruturas verticalizadas, viii) políticas de recursos humanos, ix) estratégias sustentadas de formação contínua, x) respostas às exigências inerentes à luta contra vários problemas (como seja a pobreza), e xi) inovação das metodologias de intervenção social. (Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, 2008).

São também referidos pontos fortes tais como recursos humanos qualificados, património, capacidade de entreatajuda e solidariedade.

É sobre como esse setor foi afetado no atual contexto pandémico e sobre como tem reagido aos reveses que enfrentou, que incide o Ponto 3, após a enunciação das opções metodológicas que estão na base dessa perspectiva de análise e que se apresentam de seguida.

## 2. Metodologia

De acordo com o propósito em que assenta a presente análise, a pesquisa realizada caracteriza-se por ser básica ou fundamental (quanto à finalidade), descritiva

(quanto aos objetivos), qualitativa (quanto à abordagem), bibliográfica e, de campo (quanto aos procedimentos).

Envolveu assim, uma pesquisa secundária (*Desk Research*) procedimento através do qual se procuram e reúnem informações de documentos já existentes para adquirir conhecimento sobre um determinado tópico, visando alcançar os objetivos estabelecidos. (Marques, 2014; Reyes, 2021)

Este tipo de pesquisa segue as seguintes etapas:

- Delimitação do tema a ser investigado e determinar os objetivos a alcançar;
- Identificação das fontes às quais se irá recorrer para seleção dos dados e informações necessários;
- Recolha sistemática de informações, de forma a ser obtido o máximo de documentação possível (*corpus*) para a realização do trabalho e organizando-a de forma sistemática e adequada aos objetivos do estudo;
- Comparação das diferentes fontes para evitar duplicação ou possíveis erros. Etapa que exige a certeza de que são fontes confiáveis e verdadeiras.
- Confirmação do interesse de todos os dados e informações obtidos e, comprovação de que permitem atingir o objetivo e que correspondem ao tema sob pesquisa, o que exige o tratamento e análise do *corpus* recolhido.

Foram assim recolhidas e analisadas seis referências documentais selecionadas de entre as que potencialmente poderiam ser consideradas como pertinentes (conforme tabela 1).

Os critérios que presidiram a esta seleção documental são de três ordens: i) cronológica - estudos produzidos desde o início da pandemia em Portugal até ao momento atual; ii) tipológica - estudos que revelem os impactos e estratégias de superação da pandemia em Portugal, nomeadamente nas organizações de Terceiro Setor; iii) estudos que desde o momento da sua divulgação estão sinalizados pelas organizações do Terceiro Setor (nomeadamente pelas suas estruturas

representativas de nível superior) e divulgados internamente como relatórios técnico-científicos de referência para as suas práticas.

Tal seleção documental possibilitou a realização de uma análise diacrónica e simultaneamente centrada num campo específico das organizações em Portugal, isto é, no Terceiro Setor. Correspondem a um período temporal que exigiu grandes provações aos portugueses, e onde se incluem momentos de confinamentos com privações de direitos e liberdades como foram os estados de emergência e de calamidade que se viveram desde março de 2020.

A informação recolhida foi agrupada de acordo com categorias suscitadas pela leitura dos textos, para servir de base documental à elaboração dos pontos deste trabalho.

### **3. Terceiro Setor, resiliente (que se reinventou) e, em recuperação, num contexto desafiante**

Neste ponto sistematizaremos os contributos que permitem reforçar a noção de que, na generalidade, as organizações que integram o Terceiro Setor têm conseguido responder às dificuldades com que se têm deparado, nomeadamente neste século (após terem superado as contrariedades enfrentadas anteriormente pela crise económica financeira), colocando-se neste momento a questão de como estão a recuperar das consequências do atual contexto pandémico que as tem atingido.

#### **3.1. Impactos sociais na decorrência da COVID-19**

A crise pandémica com que nos confrontamos, ao fim de mais de um ano e meio após a Organização Mundial de Saúde ter classificado o surto de COVID-19 como pandemia, tem persistentemente originado profundos impactos na estrutura socioeconómica de uma sociedade, que já se vinha a manifestar vulnerável.

**Tabela 1 – Listagem dos documentos que constituem o *corpus* em análise**

Autores	Titulo	Data de divulgação	Participantes do estudo	Fonte de dados	Momento da recolha	Foco   Escopo do estudo
Pedro Magalhães; Rita Gouveia; Rui C. Lopes; Pedro A. e Silva (coord)	O Impacto Social da Pandemia Estudo ICS/ISCTE COVID-19 (1º vaga)	abril de 2020	Amostra de cerca de 11.500 inquiridos, não representativa da população (com 16 e mais anos) residente em Portugal	Inquérito <i>online</i>	25 e 29 março de 2020	Pandemia COVID-19 e os seus impactos em diversas esferas da vida das pessoas que vivem em Portugal, especificamente: 1) as relações entre determinados atributos dos inquiridos e as suas opiniões e comportamentos; 2) o seu discurso direto, em relação a algumas perguntas de resposta aberta incluídas no inquérito.
Pedro Magalhães; Rui C. Lopes; Pedro A. e Silva (coord)	O Impacto Social da Pandemia Estudo ICS/ISCTE COVID-19 - Dados da 2ª Vaga	Junho de 2020	Amostra de 752 inquiridos* que responderam às duas vagas  * população (com 16 e mais anos) residente em Portugal	Inquérito <i>online</i>	24 de abril e 4 de maio de 2020	Pandemia COVID-19 e os seus impactos nas pessoas que vivem em Portugal, especificamente: 1) as evoluções ocorridas no período que medeia entre a primeira e a segunda vagas do inquérito; 2) a relação entre as respostas dadas nas duas vagas e diferentes atributos dos inquiridos; e 3) o discurso direto dos inquiridos em relação a algumas perguntas de resposta aberta incluídas no inquérito.
Fátima Veiga; Paula Cruz; Elizabeth Santos	O Combate à Pobreza em Contexto da COVID-19. Resultados do Inquérito às Organizações	maio de 2020	802 respostas de organizações que trabalham na área social no Continente e Ilhas (Madeira e Açores)	Inquérito <i>online</i>	22 de abril a 02 maio de 2020	Combate à pobreza em contexto da COVID-19, especificamente: 1) como as organizações que trabalham na área social, quer sejam organizações do Terceiro Sector, quer entidades públicas, estavam a lidar com as profundas e rápidas transformações decorrentes da pandemia.
Mª Saudade Baltazar (coord); Carlos A. da Silva; Mª Manuel Serrano c/ colaboração de Marisa Reis	Diagnóstico de Necessidades   Emergência COVID-19	julho de 2020	53 respostas de instituições do distrito de Évora, das áreas social, cultural, económica e educativa. FG: participação de representantes de 7 destas instituições.	Inquérito <i>online</i> e <i>Focus group (FG)</i>	Inquérito: 29 de abril a 22 de maio de 2020 <i>Focus group</i> : 16 de junho de 2020	Diagnóstico de necessidades/serviços, especificamente: 1) para aprofundar o conhecimento da realidade ao nível social, educativo, cultural e económico, bem como a capacidade de resposta das instituições da região Alentejo, no período pandémico, com vista a implementar programas de apoio, no curto e médio prazo.
Filipe Martins; Filipe Pinto	Impacto da pandemia COVID-19 nas IPSS e seus utentes em Portugal	março de 2021	329 IPSS e instituições equiparadas em Portugal	Inquérito <i>online</i>	junho a julho de 2020	Impacto da pandemia de COVID-19 nas IPSS e seus utentes, especificamente: 1) caracterização descritiva sobre o fenómeno em estudo; 2) identificar e retratar as perceções, necessidades, desafios, respostas e histórias de superação destas instituições.
Márcia Santos; Sandra Nunes; Pedro Dominginhos; Carlos Mata; Nuno Teixeira; Joaquim Mourato	Economia Social em Portugal: no Contexto da COVID-19 2.º inquérito	abril de 2021	944 respostas das Organizações da Economia Social em Portugal	Inquérito <i>online</i>	09 de fevereiro a 25 de março de 2021	Contribuir para o conhecimento dos constrangimentos e desafios enfrentados por organizações da Economia Social no contexto da pandemia COVID - 19

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos referidos

Embora a economia portuguesa, em março de 2020, revelasse sinais de recuperação da anterior crise econômico-financeira, mantinha ainda vários problemas estruturais e indicava a necessidade de continuada correção das suas fragilidades econômicas e sociais. Sousa et al. (2012) descreve o caso particular das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), no contexto da crise de 2008 (com repercussões mais graves em 2012 e 2013), referindo a importância dessas organizações na economia portuguesa e europeia, abordando seguidamente os desafios que se colocaram à respetiva atuação no quadro da crise e de uma sociedade (como já referido, em transformação), os desafios à viabilidade financeira e, as práticas de *benchmarking* da atuação e sustentabilidade.

Retém-se, assim, desta exposição que o Terceiro Setor foi submetido a uma pesada provação, e na sequência das recomendações emitidas, pretendeu-se naquele contexto consolidar a viabilização das organizações, em especial das mais atingidas pelas consequências de uma fase adversa.

Já em relação à crise decorrente da pandemia COVID-19, cujos impactos cedo se fizeram sentir nas instituições em geral, e nas instituições sociais em particular, e como é propósito na presente análise, importa sistematizar os contributos extraídos do *corpus* constituído para o efeito (conforme Tabela 1).

Os países vizinhos conheceram casos COVID-19 um mês antes do primeiro caso ser detetado em Portugal, a 02 de março de 2020, tendo ocorrido a primeira morte duas semanas depois. As medidas de contenção a adotar pelas autoridades públicas e população em geral não se fizeram esperar, tendo sido estas aplicadas até mesmo antes de se ter verificado a primeira morte por coronavírus em Portugal, ao que se seguiu a declaração de estado de emergência a 19 de março (duas vezes renovado, a 02 e 17 de abril) e prolongado até 02 de maio de 2020

É justamente durante esse período que se desenvolveram diversos estudos, de entre os quais são relevados os trabalhos coordenados por Magalhães *et al.* (2020a e 2020b) que, embora não se refiram ao Terceiro Setor, apresentam, no entanto, um enquadramento que

permite conhecer as opiniões de uma franja da população portuguesa (com 16 e mais anos) em relação ao contexto que influencia as organizações do referido setor (e direta ou indiretamente dirigentes, pessoal técnico e pessoal auxiliar).

O primeiro destes estudos ocorre uma semana após o início do estado de emergência – 25 a 29 março de 2020 – e dele sobressai que as maiores dificuldades que a população estava a sentir com as restrições implementadas, apontava com muita frequência para “problemas económicos, especialmente por parte de trabalhadores por conta de outrem que ficaram desempregados, trabalhadores independentes que deixaram de ter atividade e de pequenos empresários que tiveram de fechar a atividade” (Magalhães et al. 2020a, p. 2), ao que foi acrescentado a preocupação com vários aspetos da saúde mental (estados depressivos, stress e ansiedade), devido em muito ao “isolamento e à falta de liberdade e convívio como fonte de frustração e angústia ... e à dificuldade em conciliar, no espaço doméstico, o trabalho, a vida familiar e a educação dos filhos”. (p. 3)

Um acontecimento disruptivo como este, que é tido como inesperado, inimaginável e indesejável, emerge como uma séria ameaça aos valores e normas fundamentais ou às estruturas básicas de uma comunidade, que, em circunstâncias de grande incerteza e sob pressão de tempo, exige uma tomada de decisão (Boin. & Hart, 2007). É neste contexto que os inquiridos realçavam a incerteza acerca da duração das restrições e se pronunciavam sobre a credibilidade das fontes de informação e da resposta das autoridades, apontando (na generalidade) medidas mais restritivas para lidar com a pandemia.

Volvido um mês, a equipa de investigadores lança novo estudo, e os mesmos participantes do estudo anterior responderam com o reforço das preocupações já antes enunciadas, enaltecendo agora o aumento das tensões familiares decorrentes do confinamento e mencionando novos temas. Ou seja, a sua perceção sobre os efeitos da pandemia passou a incluir: “as desigualdades sociais e a pobreza como consequências da crise sanitária; formas de discriminação social, particularmente em relação aos mais velhos; o impacto

sobre os mais novos do afastamento do meio escolar; e as consequências políticas da pandemia, nomeadamente no que toca às liberdades cívicas e ao futuro do projeto europeu.” (Magalhães et al., 2020b, p. 5). Pelo que em síntese se inferiu que “as três principais preocupações foram (por ordem decrescente): 1ª Situação económica do país (67% dos inquiridos); 2ª Situação de saúde pública (46% dos inquiridos), e, 3ª Incerteza sobre quando voltamos a estar com os ... familiares, amigos e colegas (37% dos inquiridos)”. (Magalhães et al., 2020b, p.21)

A crise enquanto acontecimento dramático revela-se também pela sua multidimensionalidade - ameaça, incerteza e urgência – e para Baltazar et al. (2020), cria condições muito difíceis para aqueles que pressionados pela urgência na tomada de decisão e aos que gerem as operações de resposta, o façam sem que disponham de informação suficiente sobre causas e consequências da pandemia.

Para dar resposta à necessidade imperiosa de recolha de informação que, sustente a tomada de decisão e o funcionamento diário das organizações, desde o momento em que foram decretadas as primeiras medidas de confinamento em Portugal, no contexto do estado de emergência e do estado de calamidade (em vigor de 03 a 17 de maio de 2021), foram realizados diversos estudos junto de organizações, com particular destaque para as que trabalham na área social.

Dos estudos realizados durante o ano de 2020, de cobertura nacional, continental ou regional, destaca-se o que foi conduzido por Veiga, Cruz & Santos, da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN/Portugal), que em parceria com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, disponibilizou de 22 de abril a 2 de maio de 2020, um questionário online sobre o combate à pobreza em contexto da COVID-19. Com a finalidade de conhecer os principais impactos que a pandemia estava a ter nas organizações do Terceiro Setor e, nos públicos com os quais se encontravam a trabalhar, foi inicialmente direcionado para as organizações do Terceiro Setor, sedeadas no continente e arquipélagos da Madeira e Açores, mas possibilitou obter também respostas de entidades públicas.

No que concerne ao impacto da COVID-19 sobre os públicos com os quais trabalham, as organizações respondentes indicaram que “o contexto de pandemia teve um impacto, entre forte e extremamente forte, em toda a população portuguesa independentemente do género ou grupo etário. Mas as organizações destacaram o impacto junto das pessoas idosas. Mais de 90% das instituições percecionam um impacto forte (entre 4 a 6 numa escala de 0 a 6) e mais de 50% consideram que o impacto é extremamente forte. Relativamente ao género, é o feminino aquele que transmite sentimentos mais vinculados perante esta crise”. (Veiga et al., 2020, p. 4)

Quanto ao impacto da pandemia sobre o funcionamento da instituição respondente, releva-se que a dimensão que se destaca como tendo conhecido um impacto mais elevado foi a “necessidade de adaptação das rotinas de trabalho” (58%), seguida pelo “fecho temporário das respostas sociais (47%) e pela “sustentabilidade financeira das respostas/instituição” (36%). Foram, no entanto, as organizações que trabalham com crianças e jovens que mais referiram um impacto extremamente elevado no fecho temporário das respostas (62%) e na sustentabilidade financeira das respostas (47%), com uma diferença significativa face às restantes organizações. (Veiga et al., 2020)

Com este estudo foi ainda possível apurar que sobre as necessidades com que as organizações se debatiam, 188 (23.5%) salientaram a premência de equipamento de proteção individual (máscaras, álcool, álcool gel, etc.), tanto para os seus colaboradores, como para os respetivos utentes. Para além do âmbito sanitário, verificou-se que 153 entidades (19%) expressaram já estar a debaterem-se com necessidades financeiras, quer devido a terem sido constringidas a fechar serviços, total ou parcialmente, quer devido à diminuição de donativos, ou ainda à redução das participações dos utentes.

Face ao estado de emergência que se vivia em Portugal, aquando da realização deste estudo, por se verificar (ou ameaçasse verificar) uma calamidade pública foi determinada a suspensão parcial de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, contexto que coadjuva o

entendimento sobre os principais resultados alcançados e antes apresentados.

Se era esta a realidade com que se confrontavam as organizações com intervenção na área social em território nacional, estas ilações encontram-se alinhadas com as que foram alcançadas com o trabalho realizado junto de organizações do distrito de Évora, nas áreas social, cultural, económica e educativa.

O estudo promovido pela Fundação Eugénio de Almeida, da autoria de Baltazar et al. (2020), decorreu também no período de estado de emergência e prolongou-se ao longo três semanas, tendo sido concluído já em situação de estado de calamidade. Trata-se de um trabalho desenvolvido a partir da aplicação de um inquérito on-line junto de responsáveis de organizações sedeadas no Alentejo, e num segundo momento os resultados obtidos com o inquérito foram apresentados, discutidos e validados num grupo focal formado por representantes de instituições, já desafiadas a responder ao inquérito.

O diagnóstico de necessidades, em emergência COVID-19, que daqui resultou revela que face às profundas e abruptas transformações originadas pela pandemia, as organizações reconhecem as sérias dificuldades com que se debatem e que ameaçam o seu funcionamento diário e até mesmo a sua sobrevivência.

Especificando, esta pesquisa possibilitou constatar que o impacto da pandemia COVID-19 no funcionamento das instituições participantes levou ao encerramento temporário de 34%, enquanto, a maioria delas se manteve em funcionamento (66%), e de entre estas contam-se as Misericórdias (a par das entidades públicas). Acresce que se constatou que “o período de confinamento também teve impacto no volume de atividades desenvolvidas pelas instituições, dado que se verificou uma redução do volume de atividades, com maior expressão ao nível das associações (57,6%)” (Baltazar et al, 2020, p. 4). Verificando-se, no entanto, que em alguns casos teve lugar o incremento da atividade (encontrando-se aqui a Fundação, Misericórdias, assim como a generalidade das Entidades Públicas), que de “entre os motivos que impulsionaram o refe-

rido aumento do volume de atividades das instituições, destaca-se, com muito impacto, o aumento dos pedidos de apoio do público-alvo (75%)”. (Baltazar et al., 2020, p. 42)

As gravosas consequências que se repercutiram no imediato sobre os destinatários de várias organizações do Terceiro Setor, de acordo com Baltazar et al. (2020), exigiram que estas estabelecessem como prioridades o reforço dos apoios domiciliários, satisfação das necessidades alimentares das pessoas carenciadas, partilha de recursos e informação, acréscimo de atividades/serviços de apoios prestados aos utentes/beneficiários/clientes, estabelecimento de novas parcerias para melhoria das suas respostas e a obtenção de novas fontes de financiamento público ou privado.

O impacto da pandemia de COVID-19 nas IPSS portuguesas e seus utentes foi de igual modo estabelecido como desígnio do estudo realizado por Martins & Pinto (2021), a partir de inquérito online aplicado após três meses de ter sido sinalizado o primeiro caso de coronavírus em Portugal.

No caso deste estudo constatou-se que os segmentos populacionais mais atingidos pela pandemia foram os idosos, as famílias, as pessoas com doença mental, as pessoas com deficiência e as pessoas com dependências.

No que se refere aos utentes, constatou-se que foram afetados pela situação de isolamento a que estiveram sujeitos, o que provocou “solidão, perdas relacionais e de sociabilização, desgaste, stress e ansiedade, tristeza, medo” (Martins & Pinto, 2021, p. 27), e se repercutiu quer no agravamento geral do estado de saúde, da doença mental ou cognitiva preexistente, bem como na regressão da capacidade locomotora, o que também se terá devido à perda de acesso às respostas sociais “quer por encerramento/suspensão das mesmas, quer pela redução da sua capacidade (naquelas que não foram encerradas ou que passaram a ser domiciliadas)” (Martins & Pinto, 2021, p. 27).

Os autores referem seguidamente os impactos da pandemia sobre os utentes, destacando as dificuldades económicas decorrentes do desgaste da situação económica das suas famílias, causados pela passagem à



situação de desemprego, pelo aumento da instabilidade profissional, pela diminuição de rendimentos, *lay-off* e/ou pelo aumento de despesas decorrentes da pandemia. Ao que se juntam ainda outros impactos indiretos devidos à sobrecarga que adveio da suspensão das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (nomeadamente no acompanhamento escolar), a idosos, a pessoas com dependências e a pessoas com deficiência. Para além destes, foram ainda sinalizados outros impactos, como foi o caso do aumento da violência doméstica.

Desta forma e para atender às necessidades dos utentes, as organizações depararam-se com desafios que se traduziram em dificuldades financeiras, escassez de recursos humanos especializados e/ou as suas insuficientes competências técnicas e/ou desgaste para lidar com o contexto pandémico, constrangimentos enfrentados na implementação dos planos de contingência e, manutenção da capacidade de resposta.

Dos estudos que formam o presente *corpus* em análise, passam-se a enunciar os principais resultados alcançados com o único que deste conjunto desenvolveu a recolha de informação, junto de organizações do Terceiro Setor (Economia Social em Portugal), já em 2021, volvido um ano após terem sido sinalizados os primeiros casos COVID-19 no país.

O estudo em referência, coordenado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), da autoria de Santos et al., corresponde ao segundo momento da investigação denominada "Economia Social no contexto COVID-19". E dá continuidade ao "grito de alerta" que havia sido apresentado aquando da divulgação dos resultados alcançados com a primeira aplicação do inquérito online junto das organizações de Economia Social, entre finais de maio e inícios de julho de 2020.

À época apontavam para um expressivo decréscimo de receitas associado a um aumento dos custos que afetavam a maioria das instituições inquiridas, e alertavam ainda para o facto da pandemia também estar a afetar a sua capacidade de prestação de serviços, nomeadamente nas áreas da educação, artes e cultura. E concluíam que 19% das organizações da Economia

Social admitiam encerrar nos próximos dois meses, tais eram os desafios com que se confrontavam, de entre estes priorizando a diminuição das contribuições auferidas devido ao cancelamento de serviços prestados, a redução nas doações e, ainda, a escassez de equipamento de proteção para colaboradores e utentes.

Conclusões que vão de encontro aos resultados alcançados noutros estudos e também já aqui sistematizados e que, na perspetiva dos seus autores, justificam uma segunda ronda de trabalho de campo, entre 09 de fevereiro a 25 de março de 2021.

Neste segundo estudo, confirmam que a diminuição do volume das receitas afetou as Organização de Economia Social (75% do total das participantes no estudo), tendo sido mantidas ou aumentadas as despesas que permitiam assegurar os apoios aos seus utentes e famílias. Aproximadamente 12% (114) destas organizações suspenderam atividades (a sua maioria a atuarem nos setores da cultura, artes, desporto, juventude e educação), enquanto o número das que as reduziram atividades ascendeu a 54% (507). Por outro lado, constataram que em organizações, na mesma área de intervenção, nomeadamente no apoio a idosos e educação, ocorreu uma desigual distribuição do número de utentes, pois em algumas aumentou e em outras diminuiu, de acordo com a especificidade do público-alvo a que destina a sua intervenção. No que concerne à manutenção de postos de trabalho, apenas 45% (425) das organizações admitiram conseguir manter a sua totalidade, sendo as que não têm estatuto de IPSS que apresentam maiores dificuldades financeiras para manter postos de trabalho e pagar por completo as remunerações dos seus colaboradores. (Santos et al., 2021)

Os autores prosseguem com a identificação das consequências mais graves da pandemia, isto é, 11% das organizações de Economia Social (104) estavam a ponderar o encerramento de atividade por considerarem não ter condições financeiras para manter a atividade nos 3 meses seguintes, das quais 34% eram IPSS.

Em suma, os impactos da pandemia COVID-19 desde cedo se fizeram sentir. As conclusões obtidas pela análise do conjunto de estudos aqui selecionados

para o efeito, revelam que a profunda crise provocada pela atual pandemia tende a fazer-se sentir de forma desigual, apontando para o agravamento das desigualdades sociais: os mais vulneráveis e desfavorecidos à data de início da pandemia são também aqueles que hoje se encontram mais vulneráveis e desfavorecidos. Sabendo que a atuação das organizações de Terceiro Setor visa garantir o apoio aos mais vulneráveis, quer seja no domínio social e económico quer seja na saúde, a sua prestação de serviços no atual contexto pandémico revela-se ainda mais necessária, mas o seu funcionamento é cada vez mais colocado à prova face às manifestas fragilidades com que se defrontam.

As estratégias de superação e readaptação aos múltiplos desafios com que se confrontam são reconhecidamente, para as organizações de Terceiro Setor, dimensões de atuação que se configuram como as formas de sobrevivência e de resiliência que dispõem para continuarem a prestar, com qualidade, os serviços aos utentes.

### 3.2. Formas de superação e aprendizagens para o Terceiro Setor

Como é que as organizações do setor referem que se têm (superado (aparentemente), com base no que foi a aprendizagem durante o percurso percorrido até ao momento da resposta ao inquérito e perspetivas futuras?

Essas formas de superação e aprendizagem estão relacionadas com a fase em que decorreu cada estudo, sendo, porém, possível ressaltar algumas ilações genéricas que apontam para o reforço da formação dos recursos humanos, do aprimoramento do trabalho em rede, e da reorganização do trabalho e das respostas sociais.

Ao longo do primeiro confinamento as formas de superação foram mais de natureza prática e imediatista para ultrapassar situações inadiáveis relacionadas com a emergência sanitária; porém, outras mais a prazo, foram também efetivadas. De acordo com Veiga, Cruz & Santos (2020) e Santos et al. (2021), a superação foi conseguida através de medidas tais como:

- Melhoria das respostas sociais prestadas, alargando as respostas existentes e adaptando-as às novas exigências;
- Reforço das equipas de trabalho;
- Melhoria da especialização das equipas e da intervenção multidisciplinar, concretizada através de ações de formação;
- Reforço do trabalho em rede de forma a potenciar uma intervenção mais eficaz e eficiente;
- Candidatura a apoios governamentais e/ou de outras entidades;
- Congelamento de despesas não essenciais,
- Atraso nas despesas de investimento;
- Encerramento de serviços;
- Recurso ao *Layoff* ou licenças sem vencimento;
- Atraso nas despesas de manutenção;
- Supressão de custos através de parcerias com outras entidades;
- Obtenção de equipamento através da cedência gratuita por parte de outras entidades;
- Aumento da produtividade;
- Restrição/diminuição do número de utentes/clientes/beneficiários apoiados;
- Aumento da mensalidade dos utentes/clientes;
- Venda de património.

Para além destas formas de superação, são ainda apontadas por Martins & Pinto (2021), outras de crucial importância que se vão prolongar na fase de recuperação, com destaque para as seguintes: i) reconhecimento por parte da opinião pública no que se refere ao trabalho desenvolvido pelas organizações do setor, conseguido também pelo seu empenho e das organizações de nível superior, nomeadamente através da comunicação com os media e a sociedade, e, ii) capacidade de diálogo das organizações de nível superior (nacional ou regional) com as autoridades públicas na definição de melhores medidas para o setor.

Porém, é amplamente aceite que a superação tem sido, em muito, devida ao desempenho satisfatório das funções assumidas por recursos humanos (profissionais

remunerados e colaboradores voluntários), e também por dirigentes, para quem devem ser dirigidas medidas que contribuam para a preservação do respetivo bem-estar e saúde (incluindo a saúde mental).

A alteração nos métodos de trabalho, a diversificação das respostas disponibilizadas pelas entidades, o enriquecimento profissional nalgumas circunstâncias não planeado e o reforço do trabalho em rede, foram estratégias que se destacaram logo nos primeiros meses de atividades desenvolvidas em contexto pandémico, com vista a uma intervenção mais eficaz e eficiente junto dos públicos-alvo.

Os recursos humanos, enquanto fator incontornável para o funcionamento de qualquer organização, assumem particular importância nas denominadas organizações de Terceiro Setor dada a especificidade das suas áreas de intervenção e perfil dos seus colaboradores, e requerem um acompanhamento constante para que desempenhem com normalidade as funções indispensáveis ao metabolismo organizacional.

As vicissitudes imediatas com que estas organizações se confrontaram determinaram, desde o início da pandemia, alterações nos processos de resposta das instituições sociais ao nível dos recursos humanos, devidas a “faltas por doença e por apoio à família, no âmbito do estado de emergência (28,3%) e pela introdução do teletrabalho (47,2%)” (Baltazar et al., 2020, p. 4). As competências informáticas e relacionais foram postas à prova num novo contexto de trabalho, onde também era exigida particular atenção a colaboradores que evidenciavam vulnerabilidades do foro psicológico face a tais bruscas mudanças e incerteza perante o futuro.

A estas formas de superação acresce ainda outras reveladoras de uma manifesta capacidade de resiliência, em que, para resistirem a situações adversas, nomeadamente o encerramento temporário, algumas das organizações alteraram a sua atividade *core* adaptando estruturas e mobilizando os recursos humanos com vista à realização de outro tipo de atividades. No estudo desenvolvido por Baltazar et al. foi ainda possível concluir que até nas situações em que as organiza-

ções mantêm a tipologia de atuação, embora com decréscimo do volume de atividades, ocorreu uma redefinição do conteúdo das atividades disponibilizadas aos seus utentes. Estes exercícios de flexibilidade estrutural, impulsionaram novas formas de organização do trabalho, quer na formação de equipas de trabalho quer em processos organizacionais assentes na criatividade, assim como na capacidade de responder a novas necessidades do público-alvo que resultaram em soluções inovadoras, possibilitando o acréscimo do número de beneficiários e área geográfica de intervenção.

A adoção de novas abordagens e de transformação das práticas de trabalho, nalguns casos baseadas em planos de contingência, planos de emergência e planos de sustentabilidade dos serviços que prestam, remete para a permanente reinvenção dos processos e práticas a adotar pelas organizações do Terceiro Setor,

Portanto, a diversidade e complexidade dos desafios com que as organizações, nomeadamente as de Terceiro Setor, se têm vindo a confrontar e a necessidade de reagirem e ultrapassarem a incerteza inerente ao contexto pandémico, reforçam a ideia de que uma das grandes lições a extrair desta experiência extrema, a que a pandemia as tem colocado, é inequivocamente a sua capacidade de reinvenção, assumindo-se esta como uma condição para a sua sobrevivência e resiliência face à crise provocada pela COVID-19.

## Considerações Finais

### Da reinvenção do presente aos desafios futuros

Após elaboração dos pontos anteriores, afigura-se curial proceder a uma sistematização recapitulativa, de acordo com os tópicos que constam na tabela 2.

A análise das publicações selecionadas permitiu concluir que, em geral, os resultados convergem na quase totalidade para considerações comuns, ainda que com pequenas diferenças (o que também se poderá ficar a dever à circunstância de terem sido recolhidos em momentos diferentes (embora próximos), diferenciados

por vezes devido a ocorrências significativas na evolução da doença.

Entre estes, encontram-se os que respeitam às estratégias e medidas que foram adotadas, para fazer face aos problemas e dificuldades com que as organizações se defrontaram.

<b>Tabela 2. Principais referências sobre a COVID-19 e seus impactos nas organizações de Terceiro Setor</b>	
Situação pré pandemia	
Ocorrência da pandemia e restrições impostas pelas autoridades de saúde	
Impactos na atividade económica	
Impactos nas populações em geral	
Consequências para o funcionamento das organizações do Terceiro Setor	
Diminuição e/ou reformulação de atividades	Aumento e/ou reformulação de atividades
Desafios enfrentados pelas organizações do Terceiro Setor	
Medidas e estratégias	Medidas e estratégias
Expetativas a curto e médio prazo	

Fonte: Elaboração própria

A leitura das publicações (e os relatos recolhidos ocasionalmente junto de vários informantes chave), apontam para que seja retida na seguinte palavra, que resume o trabalho de adaptação e superação das novas condições: REINVENÇÃO

Esta palavra deve ser complementada com uma outra, que espelha a capacidade de resistir às adversidades enfrentadas: RESILIÊNCIA.

Chegados à fase em que 86,38% da população portuguesa já se encontra vacinada para a COVID-19 com duas doses [3], e quando algumas atividades (económicas, assistenciais, culturais, entretenimento) estão a

ser retomadas gradualmente, as organizações do Terceiro Setor deparam-se agora com perspectivas incertas a curto e médio prazo, numa conjuntura que se caracteriza pelo gravoso aumento do preço dos combustíveis e pela incerteza quanto ao futuro da situação sanitária: quais serão neste quadro as expetativas de recuperação?

Três cenários são possíveis de acontecer num horizonte de sete anos (ciclo da programação dos fundos estruturais e de investimento da União Europeia):

<b>Tabela 3. – Exercício de cenarização para o horizonte 2027</b>		
<b>Bom tempo finalmente</b> (favorável)	<b>Ora chove, ora faz sol</b> (instável, alternado)	<b>O mau tempo mais uma vez / Temporal</b> (desfavorável)
Com alguns percalços pelo caminho	Recuperações e crises periódicas de curta duração	Nova crise sistémica pronunciada

Fonte: Elaboração própria

Esses cenários são estruturados, de acordo com a organização BSR (2020), em torno de duas incertezas críticas abrangentes: 1<sup>a</sup>) esforços (entre eficazes e ineficazes) para conter a pandemia (que inclui as “características do vírus”, as “intervenções farmacêuticas”, e “medidas de saúde pública”), e 2<sup>a</sup>) resposta (entre progressiva e regressiva) da política socioeconómica (que por sua vez inclui: as “medidas de alívio económico”, os “gastos com estímulos de recuperação” e, a “cooperação global”).

Numa situação favorável, o Terceiro Setor, na generalidade, disporá de condições para recuperar e continuar a prestar o seu contributo para o bem-estar dos seus destinatários e famílias.

Já numa situação instável, o Terceiro Setor continuará a deparar-se com dificuldades várias (limitações de diversa ordem, nomeadamente financeiras e de recursos

humanos), dispondo, porém, de algumas oportunidades para minimizar as fragilidades com que se debate.

Finalmente, num panorama desfavorável, o Terceiro Setor continuará a ser fustigado por condicionantes diversas desde apoios insuficientes até escassez de receitas próprias, e com solicitações acrescidas por parte de utentes e em alguns casos também por familiares.

Em qualquer dos cenários há medidas que se impõem, como seja as que contribuam para assegurar a sustentabilidade e que assentam numa visão estratégica, na qualificação dos recursos humanos (dirigentes, pessoal técnico, pessoal auxiliar e voluntários(as), na diversificação de fontes de financiamento, na inserção profícua em redes, e na criação de parcerias mutuamente vantajosas.

Estas inferências alinham-se na já clássica perspetiva de E. Hughes (1946), para quem nos momentos de crise as instituições sociais perante a ameaça de anomia remetem para a reconstrução de modos de atividade, isto é para uma inegável reconfiguração institucional e estrutural, pressupostos que ilustram de sobremaneira a atuação das organizações do Terceiro Setor no contexto da pandemia COVID-19.

## Referências bibliográficas

- Baltazar, M.S.; Silva, C & Serrano, M. (2020). *Diagnóstico de Necessidades | Emergência COVID- 19 – Relatório Final*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida | CICS.NOVA.UÉvora.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- Boin, A. & Hart, P. (2007). The Crisis Approach. In Rodríguez, H; Quarantelli, E. & Dynes, R. (ed.), *Handbook of Disaster Research*. (pp 42- 54). Texas: Springer.
- BSR /Business for Social Responsibility. (2020). COVID-19 Scenarios. <https://www.bsr.org/files/BSR-COVID-19-Scenarios.pdf>
- Caldas, J., Silva, A., e Cantante, F. (2020). *As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição*. CoLABOR.
- Correia, T. (2020). A saúde e a Covid-19 em Portugal: uma reflexão a meio caminho andado. In Carmo, R.; Tavares, I. & Cândido, A. F. *Um olhar sociológico sobre a crise COVID-19*. [https://www.researchgate.net/publication/346912007\\_A\\_saude\\_e\\_a\\_Covid-19\\_em\\_Portugal\\_uma\\_reflexao\\_a\\_meio\\_caminho\\_andado](https://www.researchgate.net/publication/346912007_A_saude_e_a_Covid-19_em_Portugal_uma_reflexao_a_meio_caminho_andado)
- França-Filho, G. (2002). Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Social e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, vol. XXII, pp. 9-19.
- EAPN, (2008). *Projecto QUAL-IS – Qualificar a Intervenção Social*. Porto: Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal
- Freitas, B. (2020, fevereiro 13). *Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu?* Politize!. <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>
- Hughes, E. (1946). Institutions in process. In A. McClung Lee (Ed.), *New outline of the principles of sociology* (pp. 236–247). New York: Barnes & Noble.
- Lechat, N. (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 2 (1, junho), pp. 123-140
- Magalhães, P., Gouveia, R., Lopes, R. & Silva, P. (2020a). *O Impacto Social da Pandemia*. Estudo ICS/ISCTE Covid-19

- Dados da 1ª Vaga. ICS/ISCTE. <https://www.ics.ulisboa.pt/docs/RelatorioInqueritoICSISCTE.pdf>

Magalhães, P., Lopes, R. & Silva, P. (2020b). *O Impacto Social da Pandemia*. (Estudo ICS/ISCTE Covid-19 - Dados da 2ª Vaga. ICS/ISCTE. [https://www.iscte-iul.pt/assets/files/2020/06/23/1592905686858\\_O\\_Impacto\\_Social\\_da\\_Pandemia\\_2a\\_vaga.pdf](https://www.iscte-iul.pt/assets/files/2020/06/23/1592905686858_O_Impacto_Social_da_Pandemia_2a_vaga.pdf)

Marques, M. (2014). *Análise Comparativa da Metodologia dos Estudos de Tendências*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica do Porto. file:///C:/Users/Marcos/AppData/Local/Temp/Dissera%C3%A7%C3%A3o\_MiguelMarques.pdf

Martins, F. & Pinto F. (coords). (2021). *Impacto da pandemia nas IPSS e seus utentes*. Universidade Católica Portuguesa e Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade.

Reyes, F. (2021, mayo 31). *Métodos de investigación: Desk Research*. Bitácora Francisca Reyes. <https://franreyesvera.wordpress.com/2021/05/31/metodos-de-investigacion-desk-research/>

Santos, M; Nunes, S.; Dominginhos, P.; Mata, C.; Teixeira, N. & Mourato, J. (2021). *Economia Social em Portugal: no contexto da COVID-19. 2º Inquérito*. Lisboa: CCIP

Sousa, S. et al. (2012). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. CNIS

Veiga, F., Cruz, P. & Santos, E. (2020). *O Combate à Pobreza em Contexto da Covid-19. Resultados do Inquérito às Organizações*. Porto: EAPN Portugal.

Vieira, N., Parente, C. & Barbosa, A. (2017), “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15700.%20Cristina.pdf>

## Notas:

- [1] Para um conhecimento aprofundado sobre esta diversidade, podem ser consultados os esclarecimentos emitidos por Lechat (2002), França-Filho (2002) e, por Vieira et al. (2017).
- [2] Esta crise está associada a empréstimos concedidos a pessoas com alto risco de crédito, isto é, com reduzida estabilidade financeira e credibilidade para pagar contas, e resultou do estouro de uma bolha de investimentos massivos em hipotecas nos EUA que cresceram ao longo dos anos 2000, uma vez que as hipotecas são uma forma de financiamento imobiliário comum nos EUA, em que o imóvel é dado como garantia ao banco caso o tomador não consiga pagar as dívidas. Por conseguinte, empréstimos *subprime* constituem investimentos extremamente arriscados e com altíssima chance de *default*, ou seja, de incumprimento (Freitas, 2020).
- [3] Dados do Ministério da Saúde em <https://covid19.min-saude.pt>